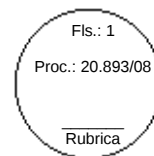




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
PRIMEIRA DIVISÃO TÉCNICA



PROCESSO Nº 20.893/08

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Fazenda.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

MONTANTE EM EXAME: R\$ 129.154,55.

EMENTA: Aposentadoria de **MARIA RITA VIEIRA ABOUDIB CAMPOS**, matrícula nº 46.182-2, no cargo de Auditor Tributário, Classe Única, Padrão III, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea c, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, combinados com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/03, de acordo com ato publicado no DODF de 06.12.07 e republicado no DODF de 07.12.07.

Parecer do controle interno pela legalidade (fls. 172/174-apenso).

**Sugestão de diligência.**

Senhor Diretor:

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, de Maria Rita Vieira Aboudib Campos, nos termos mencionados na ementa.

2. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que a presente concessão está sendo analisada à luz do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, no sentido de autorizar a 4ª ICE a simplificar os procedimentos relativos ao exame das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fls. 139 e 145-apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 161-apenso;
- Abono provisório: fl. 165-apenso.

4. O jurisdicionado computou o tempo de serviço prestado pela servidora à antiga Telebrasil e à Ericsson, sob o regime da legislação trabalhista (fl. 11 do apenso), de forma ponderada, na proporção de 1,2 ano para cada ano de exercício (fl. 161 do apenso).

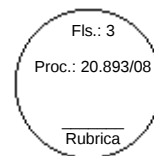


5. A medida em referência foi adotada com base na Informação nº 211/07-DLDD/SGRH (fls. 81/86 do apenso) e no parecer de fls. 100/106-apenso.
6. A propósito, cite-se a Ação de Obrigação de Fazer nº 2001.01.1.088367-3, onde ficou reconhecido aos autores o direito de se computar de forma especial, junto à jurisdicionada, nos termos da legislação de regência, o tempo de serviço celetista, prestado em atividade insalubre.
7. É de se lembrar que esta Casa ao apreciar os autos TCDF nº 1992/2004, do interesse de RITA DE CÁSSIA TORRES DE FARIA, a qual foi parte na referida ação judicial, considerou regular a revisão, tendo em conta o Enunciado nº 20 da Súmula de Jurisprudência desta Corte.
8. Em outros casos, o incremento no tempo de serviço se deu por via administrativa. A Administração igualou os servidores que haviam trabalhado em condições insalubres mas que não foram parte na ação àqueles que foram alcançados pela decisão judicial em comento. O Tribunal vem chancelando tal procedimento, desde que demonstrados os períodos em que os interessados efetivamente receberam o adicional de insalubridade.
9. Ocorre que, nesses casos, o serviço foi prestado por servidor da Secretaria de Estado de Saúde à extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, como celetista, em condições insalubres, bem como esse órgão expediu certidão de tempo de serviço relativa ao tempo insalubre.
10. No caso vertente, a servidora, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda, averbou tempo originário da antiga Telebrasília e da Ericsson. Assim, deve a servidora, a nosso ver, envidar esforços para obter no INSS certidão de tempo de serviço registrando a contagem ponderada do tempo insalubre, a exemplo do que fizeram os interessados nos Processos nºs 7.477/93, 3.698/98, 3.502/04 e outros. Satisfeita essa exigência, entendemos pode o Tribunal ter como válida a questionada contagem.
11. A bem da verdade, dos servidores contemplados pela parte final do § 3º do art. 1º da Lei nº 1.864/98 só se exige certidão expedida pelo INSS ou pelo órgão competente (com ou sem a contagem ponderada do tempo em questão)<sup>1</sup>. Nada obstante, tal comando aproveita apenas aos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal que averbaram tempo que não de professor e aos ex-professores que passaram a ocupar cargo que não de professor no Distrito Federal, já que a aposentadoria especial de professor existe tanto no RPPS quanto no RGPS, ao passo que a aposentadoria especial dos que exercem atividades sob

1 Veja, a propósito, a Súmula nº 98-TCDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
PRIMEIRA DIVISÃO TÉCNICA



condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física foi regulamentada no RGPS, mas não no RPPS<sup>1</sup>. No caso concreto, repita-se, faz-se necessário que a servidora busque no INSS certidão de tempo de serviço consignando a contagem ponderada do tempo insalubre.

12. Noutro giro, ressalte-se que a averbação de tempo de monitoria remunerada (fls. 161 e 163 do apenso) conta com precedentes na Corte (Decisão nº 7.522/94, adotada no Processo nº 4.851/91, Decisão nº 4.123/03, adotada no Processo nº 4.974/98, e outras).

13. Quanto ao abono provisório, ressalte-se que a regularidade de suas parcelas será verificada na forma do disposto no citado Processo nº 24.185/07.

14. Pelo exposto, sugere-se determinar que os autos retornem à Secretaria de Estado de Fazenda, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, seja adotada a seguinte providência:  
instar a servidora a buscar no INSS certidão de tempo de serviço consignando a contagem ponderada do tempo insalubre (*in casu*, o tempo de serviço por ela prestado à antiga Telebrasil e à Ericsson), a exemplo do que fizeram os interessados nos Processos nºs 7.477/93, 3.698/98, 3.502/04 e outros.

À superior consideração.

Brasília, 20 de agosto de 2008.

**Michel Martins de Moraes**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matr. nº 461-8

---

1 Veja, a propósito, a decisão adotada pelo STF no Mandado de Injunção nº 721, do Distrito Federal.